

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 23.04.2020

Local: Videoconferência

Presenças: Desembargador **Claudio Antonio Cassou Barbosa, Coordenador;**
Juiz **Adriano Santos Wilhelms**, Juiz Auxiliar da Presidência;
Juiz **Leandro Krebs Gonçalves**, Juiz Auxiliar da Corregedoria;
Juiz **Marcelo Bergmann Hentschke**, Juiz Titular de Vara do Trabalho;
Procuradora **Juliana Bortoncello Ferreira**, Representante do Ministério Público do Trabalho, indicado pela Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região;
Procurador **Daniel Homrich Schneider**, Representante da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul;
Advogado **Carlos Thomaz Ávila Albornoz**, Representante OAB, indicado pela Seccional do Rio Grande do Sul;
Advogado **Pedro Martins Filho**, Representante OAB, indicado pela Seccional do Rio Grande do Sul;
Advogado **Ingrid Renz Birnfeld**, Representante OAB, indicada pela Seccional do Rio Grande do Sul;
Juiz **Renato Barros Fagundes**, Representante da Amatra IV;
Servidor **Jeferson Andrade**, Representante da Corregedoria Regional;
Servidora **Daniella Antanavicius Fernandes Souza**, Representante da área judiciária do TRT 4ª Região - 1º Grau;
Servidor **Onélio Luis Soares dos Santos**, Representante da área judiciária do TRT 4ª Região - 2º Grau;
Servidora **Natacha Moraes de Oliveira**, Representante da área da Tecnologia da Informação e Comunicações;
Perito **Ivo Martini Junior**, Presidente da APEJUST.

Convidado: Servidor **Pablo Paulo Lopes Barros**, Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicações.

Secretário: Lucas Gabriel de Andrade Correa (AGE)

Horário: 15h00min –16h15min

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de 2020, às 15 horas, através de videoconferência, ocorreu reunião do Comitê Gestor Regional do Sistema Pje-JT, contando com as presenças acima nominadas. A reunião foi coordenada pelo Excelentíssimo Desembargador Claudio Antonio Cassou Barbosa, que iniciou a reunião saudando os presentes. Inicialmente registrou o acerto da

implementação do sistema Pje-JT no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, ainda em 2012, o que possibilitou que a Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul continue trabalhando neste momento atípico de pandemia, que exige trabalho remoto por parte dos servidores. Ato contínuo, passou a palavra à Natacha que procedeu à apresentação, em slide, das novas implementações do sistema Pje-JT. Em seguida a palavra ficou aberta aos participantes. Natacha informou que o erro de emissão dos arquivos PJC já está sendo corrigida pelo TRT 8 e estará disponível na próxima versão. Ivo questionou se a nova versão do Pje-JT virá com recibo de entrega destes arquivos. Pablo informou que não percebeu nenhuma menção a este detalhe na nova versão. Ivo relatou também sobre o canal de comunicação entre o TRT 8 e os usuários externos, que não existe mais e questionou sobre a criação de um canal de comunicação entre a Apejust, TRT 4 e o TRT 8. Natacha informou que o TRT 4 deverá receber as notificações dos peritos em relação ao Pje-Calc e posteriormente remeter ao TRT 8 e também registrá-lo via Jira. Ivo questionou se a ferramenta push poderá ficar disponível para os peritos. Natacha irá verificar a questão. Juliana questionou se as petições e manifestações feitas durante o período de suspensão dos prazos serão analisadas antes do fim da suspensão dos prazos. Juiz Marcelo respondeu que as manifestações estão sendo analisadas. Juliana questionou também sobre as audiências que estão ocorrendo remotamente via google meet ficam gravadas. Natacha respondeu que a própria plataforma disponibiliza meios para gravação. Onélio informou que os sistemas de primeiro e segundo grau já foram contemplados com a identificação do assunto Covid-19 nos processos. Des. Cassou informou que no segundo grau as turmas estão iniciando as sessões por videoconferência para que os advogados possam fazer a sustentação oral remotamente, porém, ressaltou que há resolução que prevê a retirada da pauta caso o advogado não possa fazer a sustentação de forma remota. Dr. Carlos Albanoz questionou sobre a possibilidade do tribunal oferecer espaço físico devidamente equipado para que os advogados possam utilizar em suas sustentações orais. Des. Cassou relatou que no momento não pode ser assegurada essa possibilidade, mas que é algo que será analisado. Daniella questionou sobre a mudança no sistema de agendamento das perícias. Natacha informou que a mudança se deu por força de determinação do CNJ. Reunião encerrada às 16h15min. Ata redigida pelo servidor Lucas Gabriel de Andrade Correa, Assistente da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais e encaminhada eletronicamente para validação dos presentes.